

**REPRESSÃO BRUTAL E DISCURSO
JORNALÍSTICO NO MASSACRE DE
AVELLANEDA**

Lisandro Braga*

Entre o dia 21 e 28 de dezembro de 2001, em um lapso de 08 dias após a renúncia de Fernando De la Rúa, a presidência da república argentina foi ocupada sucessivamente por três dirigentes do Partido Justicialista – Ramón Puerta, Adolfo Rodríguez Saa e Eduardo Camaño. A assembleia legislativa aprovou a nomeação de Eduardo Duhalde para conduzir o governo de transição, a partir de primeiro de janeiro de 2002. Sua principal medida política, tomada no dia 06 de janeiro, foi encerrar

* Professor da UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás.

a convertibilidade¹. Tal medida ocasionou uma desvalorização do peso de mais de 300% em pouquíssimos dias. Para as classes desprivilegiadas tal forma regularizadora expressou mais uma expropriação indireta de suas rendas e uma maior expansão do lumpemproletariado² na Argentina.

Desse modo, começou a tomar forma um novo modelo de acumulação que expressou mudanças nos preços relativos favoráveis à produção e exportação de bens. Esse modelo tem como marca de origem uma forte deterioração das condições de vida das

¹ A Lei de Convertibilidade 23.928/91, sancionada pelo Congresso em 27/03/1991, declarou a conversão da moeda (01 peso por 01 dólar) a partir de 01/04/1991, estabelecendo a obrigatoriedade do BCRA vender a quantidade de dólar que lhe fosse requerido de acordo com essa paridade (01 por 01) e manter suas reservas disponíveis em ouro e em divisas estrangeiras em um montante equivalente a não menos de 100% da base monetária, que era definida de maneira padrão como a soma da moeda circulante mais os depósitos à vista das entidades financeiras no Banco Central e diversas outras cláusulas. Dessa maneira, o BCRA tornou-se uma espécie de *currency board* (caixa de conversão⁶⁴) *suis generis*, responsável por garantir a convertibilidade.

² “Em nossa análise, o lumpemproletariado é composto por todos aqueles que se encontram marginalizados da divisão social do trabalho e todo trabalhador (em potencial) compõe essa classe “durante todo o tempo em que está desocupado parcial ou inteiramente”: desempregados temporários, subempregados, mendigos, sem-teto, trabalhadores precários em condições de grande instabilidade e irregular (desemprego disfarçado) etc.” (BRAGA, 2016, p. 124).

classes subalternas expressadas nos mais elevados índices de pobreza, indigência e desemprego (lumpemproletarização - LB) da história argentina. Ao mesmo tempo se aprofundou o processo de concentração e centralização de capital que teve lugar no contexto de crises, porém manifestando mudanças nas relações de forças entre as frações da classe dominante (VARESI, 2012, p. 09-10).

A contestação social se fez presente desde os primeiros dias do governo interino de Eduardo Duhalde e tendeu a intensificar seus níveis de radicalidade, visto que as medidas regularizadoras estatais ampliavam o perverso estrangulamento social de uma gama imensa de classes e frações de classes desprivilegiadas que viviam à margem da divisão social do trabalho ou que foram lançadas a ela a partir das novas medidas regularizadoras. Os subalternos, o proletariado precarizado e o lumpemproletariado foram as classes e suas frações de classes que majoritariamente (um pouco mais de 50% do total de contestadores sociais) sustentaram essa nova etapa do ciclo de contestação social que acompanhou a regularização neoliberal argentina desde seu início.

O primeiro mês desse governo registrou uma quantidade expressiva de atos de contestação social (555) que até então só ficaria atrás da quantidade ocorrida na contestação social generalizada de dezembro de 2001 (713). Em uma intensidade e quantidade menor, os atos de

contestação social mantiveram-se nos meses seguintes, porém seguindo um período de expansão (janeiro/maio), acompanhado de um período de redução da contestação social (junho/dezembro) e de maior isolamento da luta dos desempregados (COTARELO, 2005).

É possível conjecturar que a decisão governamental de endurecer ainda mais a repressão ao movimento piqueteiro³ deu-se em parte aproveitando esse contexto de redução dos níveis de contestação social e isolamento dos setores do lumpemproletariado bonaerense mais radicalizado, assim como pela necessidade de regularizar a produção de capital que exigia a recuperação da credibilidade do bloco dominante e da burguesia financeira internacional e seus organismos de financiamento. E isso dependia fundamentalmente de medidas eficazes, tomada pelo governo para eliminar

³ “Em resumo, a gênese do movimento piqueteiro não se relaciona com um único processo. O movimento piqueteiro não é o produto exclusivo dos piquetes e puebladas que sacudiram as distantes províncias argentinas nos últimos anos, porém tampouco brotou naturalmente dos assentamentos originados nos anos 80 na província de Buenos Aires. É a convergência desses dois afluentes o que vai permitir a formação, expansão e ainda a posterior potencialização do movimento piqueteiro. A confluência entre, por um lado, ação disruptiva, dinâmica assembleísta e identidade piqueteira, originária dos piquetes e puebladas do interior do país, e, por outro lado, os modelos de organização e militância territorial, desenvolvidos de maneira paradigmática em determinadas regiões, sobretudo em La Matanza e no eixo sul do conurbano bonaerense” (SVAMPA, 2010, p, 242).

definitivamente o movimento piqueteiro, seus bloqueios de estradas e outros de seus métodos ameaçadores da sociabilidade capitalista.

Os discursos do bloco dominante⁴ transmitidos pelo capital comunicacional apontavam para a confirmação dessa conjectura e expressavam os sinais desse bloco em relação às suas pretensões, especialmente diante da contestação social piqueteira. A possibilidade de recorrer à repressão violenta para evitar os bloqueios piqueteiros transparecia:

“o presidente Duhalde considerou ontem que “a conflitividade social na Argentina está baixando de forma abrupta” e que “o pior da crise já passou”. “Existe uma tranquilidade na população que é um valor que temos que preservar”, assinalou. Duhalde citou o caso dos piqueteiros: “o conflito vai amenizando na medida em que os planos sociais vão se incorporando aos setores mais desfavorecidos. Os planos sociais

⁴ “O bloco dominante se constitui a partir de determinado regime de acumulação, ou, o que significa dizer o mesmo com outras palavras, uma certa forma cristalizada de luta de classes. Em cada regime de acumulação emerge uma estratégia de classe da burguesia que é duradoura e o bloco dominante, mesmo que mude seus representantes individuais, grupos, partidos, frações de classes, etc., ele segue a linha estratégica adotada. É por isso que mesmo partidos do bloco progressista, quando conquista o aparato governamental, reproduz as políticas impostas pela estratégia da classe dominante adequada a determinado regime de acumulação” (VIANA, 2015, p. 18-19).

estão se aperfeiçoando”, agregou. Contudo, advertiu que o governo não tolerará novos bloqueios massivos dos acessos à Capital Federal. “Não podem ocorrer mais, temos que seguir pondo ordem”, disse em uma conferência de imprensa na Casa Rosada” (Clarín, 18/06/2002).

“BUSCAM FREIAR BLOQUEIOS DE PONTES – O governo quer evitar que os piqueteiros voltem a bloquear os acessos à capital. Também impulsiona um reforço da presença policial na cidade. Preocupa o incremento do delito no interior bonaerense” (Chamada de notícia, Clarín, 19/06/2002).

“Ontem o governo nacional deu sinais de que não vai permanecer inativo se as organizações de desempregados e piqueteiros procuram bloquear de forma simultânea todos os acessos à Capital Federal. No mesmo tom com os ditos do secretário de Segurança, Juan José Alvarez, de que “não vai permitir” que isso ocorra, ontem foram convocados altos funcionários a uma reunião que teve como lugar a Casa de Governo, onde se analisou a questão” (Clarín, 19/06/2002).

Tais discursos, expressos especialmente pela burocracia governamental, apresentam alguns elementos importantes para compreendermos a repressão estatal que estava por vir no dia 26 de junho de 2002. Em primeiro lugar, é importante destacar que não é do interesse do

bloco dominante revelar a realidade social concreta, pelo contrário, essa deve ser camuflada por discursos ideológicos (fragmentos de falsa consciência sistematizada), tais como esse que busca transparecer que a conflitividade social se reduzira, que o pior momento da crise já passou e que, portanto chegara o momento da população se tranquilizar. Inclusive, a suposta tranquilidade da população, que pode ser encarada como passividade diante das regularizações estatais e suas consequências nefastas, foi um valor a ser supostamente defendido pelo bloco dominante.

Além disso, as políticas paliativas eram apresentadas como uma ação estatal em busca da resolução dos problemas sociais que afetam as classes desprivilegiadas, algo que, como já vimos anteriormente, esteve longe de resolver os interesses imediatos do lumpemproletariado. Pelo contrário, servia como mais uma ferramenta de controle social, cooptação, fragmentação etc. No fundo, o que está implícito nesses discursos ideológicos é que o estado vinha buscando resolver os problemas dos menos favorecidos, com o aperfeiçoamento dos planos sociais, e que a contestação social piqueteira não mais se justificaria em um momento de calma social, pois “em momentos de confusão (os bloqueios) podiam ser admitidos. Porém, agora não tem que agravar os problemas sociais com ações violentas. Tem que por ordem”, afirmava Duhalde.

Com isso, o bloco dominante buscava construir uma corrente de opinião que apresentava o movimento piqueteiro como inimigo da ordem social, agitadores e simpatizantes da violência, que buscavam fundamentalmente perturbar a ordem social. Sendo assim, ou o movimento piqueteiro aceitava as escassas migalhas concedidas pelos planos sociais, mantendo-se na extrema miséria lumpemproletária, ou lhe restaria somente a repressão violenta, caso voltasse a por em prática os métodos piqueteiros (ação direta no bloqueio de estradas, ruas, pontes etc., decisões horizontais, práticas assembleístas, enfrentamento com as forças repressivas etc.) Em síntese, a ideia central era que a ordem deveria sobrepor-se aos caos piqueteiro e sua violência. De forma ideológica, a luta contraviolência da regularização neoliberal era apresentada como uma prática violenta que agravava os problemas sociais. Como se o movimento piqueteiro fosse ele mesmo responsável pelo agravamento de sua própria condição social. Nos discursos ideológicos do bloco dominante, veiculados pelo capital comunicacional, reinava a prática da inversão da realidade.

Também nos chama a atenção a forma como a chamada da notícia foi construída, pois a necessidade de reforçar a presença policial nas ruas se “justifica” pelo aumento do delito no conurbano bonaerense. Assim, a repressão preventiva em território piqueteiro era

disfarçada de políticas de segurança social, pois tal discurso deixava transparecer que o território bonaerense é um território caracterizado pelo crime e que, portanto, exige maior policiamento e controle social, além de reforçar a corrente de opinião que associa a figura do piqueteiro à figura do delinquente. Definitivamente, o que o bloco dominante buscava era por fim ao movimento piqueteiro e para que isso se justificasse era necessário legitimar a repressão violenta, criminalizando a pobreza e o lumpemproletariado e outras classes desprivilegiadas, responsáveis pela contestação social. O Massacre de Avellaneda foi orquestrado e efetuado nesse cenário.

Esses discursos foram pronunciados durante uma reunião no dia 18 de junho de 2002, na Casa de Governo, onde estiveram presentes o chefe de gabinete Alfredo Atanasof, a ministra do trabalho Graciela Camaño, o ministro da justiça Jorge Vanossi, o secretário de segurança Juan José Álvarez, os chefes da polícia federal, da gendarmaria e da prefeitura e outros integrantes do bloco dominante. O assunto fundamental a ser tratado nessa reunião era a marcha dos planos sociais e a questão da segurança interna. Nesse dia foi apresentado um plano repressivo que se iniciava com o aumento de 60% do número de policiais nas ruas, com o objetivo de reforçar tanto a repressão preventiva, quanto a repressão contrainsurgente. Juntamente com esse aumento do número de policiais, também foi informado que a

gendarmaria e a prefeitura atuariam em conjunto “dedicando a controlar as ferrovias e pontes de acesso à cidade” (Clarín, 19/06/2002).

Em relação a essa segunda modalidade repressiva, frações da burocracia (governamental e estatal) deixavam clara sua disposição em acabar com a contestação social e os bloqueios de estradas. No fundo, essa representava a maior ameaça à estabilidade política e suas formas de regularização, fundamentadas na ampliação dos ajustes antissociais. Por conseguinte, a maior tarefa imposta à burocracia governamental era a de encontrar uma maneira de enterrar a contestação social de uma vez por todas, já que nos primeiros cinco meses de governo ocorreram aproximadamente 11 mil mobilizações, segundo informações fornecidas pela secretaria de segurança.

O governo de Duhalde nasceu em meio às pressões de setores do bloco dominante e dos organismos internacionais de financiamento, que exigiam uma postura mais dura com o movimento piqueteiro e, acenando para esses setores, seu secretário de segurança Juan José Álvarez, declarava guerra aos bloqueios simultâneos aos acessos da capital federal, afirmando que tais práticas seriam encaradas pelo governo como “uma ação bélica”, e assim seriam respondidas pelas forças estatais.

Em meio a esse cenário que apontava para uma maior criminalização e repressão violenta ao movimento

piqueteiro, o *Bloco Piqueteiro Nacional*, composto por diversas organizações, em conjunto com a Coordenadora de Trabalhadores Desempregados Aníbal Verón, que reunia quase 20 organizações piqueteiras da zona sul e oeste do conurbano bonaerense, não recuaram com seus métodos de contestação social. Pelo contrário, anunciaram uma mobilização que incluía bloqueios de diversas pontes de acesso à capital federal, para o dia 26 de junho de 2002, dia do Massacre de Avellaneda. As organizações com forte tendência à institucionalização e posturas mais moderadas, tais como FTV e CCC, se recusaram a participar da mobilização por não concordarem com os planos de luta contra o governo de Duhalde, com o qual mantinha constante diálogo e negociação.

A mobilização massiva com mais de 20 mil militantes piqueteiros, convocada pelo bloco piqueteiro para o dia 26 de junho, exigia do estado cinco pontos: 1- O pagamento dos planos de empregos que para muitos desempregados estavam atrasados há vários meses; 2- O aumento dos subsídios de 150 pesos para 300 pesos; 3- A implementação de um plano de alimentação a ser gerido pelos próprios piqueteiros; 4- Investimentos nas escolas e postos de saúde dos bairros; 5- Liberdade e recuo nos processos judiciais contra os contestadores sociais e o fim da repressão.

Por mais que no interior do bloco piqueteiro não havia sido realizado nenhuma sistematização mais

concreta a respeito dos riscos de uma repressão violenta à jornada de mobilização, na ponte pueyrredón, a percepção de muitos apontavam para uma mudança significativa na relação entre piqueteiros, burocratas estatais e punteros políticos, desde a chegada de Duhalde à presidência interina da república. Diversos jovens que compunham as comissões de segurança nos piquetes já alertavam para o risco da situação ficar feia, pois muitos prefeitos dos municípios do conurbano haviam retomado o controle sobre a assistência social e se mostravam dispostos a disputar palmo a palmo com os piqueteiros o controle sobre a entrega dos subsídios nos bairros. A partir daí as ações repressivas tornaram-se variadas e imprevisíveis.

Em seis meses de governo interino as forças repressivas vinham ampliando suas brutalidades, ameaças e intimações amedrontadoras contra os piqueteiros. No dia 10 de janeiro, ao voltar de uma manifestação na ponte Pueyrredón, o desempregado Luis Salazar é interceptado por dois desconhecidos, no qual um deles lhe empurra uma pistola no estômago e diz: “Viu como é fácil? Se te acertamos aqui ninguém vê”. No dia 22 de janeiro um carro com vidros fumês e sem placa se aproxima de Nicolás Lista, dirigente da Coordenadora de Desocupados de Lanús, e exhibe uma metralhadora o ameaçando de morte. No dia 24 de janeiro Nina Peloso, dirigente do Movimento Independente de Jubilados e Pensionados (MIJP), é perseguida por seis carros que disparam diversos

tiros para cima para amedrontar os militantes desse movimento e a sequestram durante dois dias, ameaçando arrebatá-la se seguir perturbando. No dia 25 de janeiro, a polícia federal reprime violentamente o primeiro panelaço contra o governo de Duhalde, deixando um saldo de 30 prisões, dezenas de feridos por pauladas e balas de borracha e dois jovens militantes torturados e levados no interior de um taxi. Na madrugada do dia 06 de fevereiro de 2002, um bloqueio realizado por um MTD do município Esteban Echeverría, em exigência de planos de emprego e alimentos para refeitórios populares, foi atravessado por um Ford Falcon conduzido por Jorge Bogado, um velho puntero político, ex-policia com estreitos vínculos com políticos locais, inclusive ligados à última ditadura burguesa e suas práticas terroristas, que sacou sua pistola 09 mm e efetuou vários disparos à queima roupa que assassinaram Javier Barrionuevo, um piqueteiro de 31 anos de idade. Em frente à prefeitura de Lanús atiraram contra uma mobilização, ameaçando e intimidando diversos manifestantes. No início de junho, em uma mobilização no município de Presidente Perón uma patota (organização criminosa no qual a burocracia faz uso para reprimir seus opositores e contestadores) armada do partido justicialista se demonstrou bem disposta a enfrentar e agredir os piqueteiros. No dia 22 de fevereiro, outra patota composta por 150 membros de torcidas organizadas (barra bravas), agride com paus e

correntes aos vizinhos que realizavam um panelaço contra o prefeito do município de Merlo (responsável por inúmeras violações contra os direitos humanos). Esse ataque violento ocorreu na praça principal e não poupou mulheres e crianças. No mesmo dia, em Ituzaingó (município da zona oeste do conurbano bonaerense), ocorre uma agressão semelhante a uma assembleia local. Em ambos os episódios a polícia bonaerense promoveu as tradicionais “zonas liberadas”, isto é, se afastou da região para garantir a agressão (PÁGINA 12, 16/06/2002; ANÍBAL VERÓN, 2012). A repressão terrorista que assassina (gatilho fácil) militantes piqueteiros já vinha se consolidando desde as primeiras aparições do movimento piqueteiro.

É importante destacar que a mobilização convocada para o dia 26 de junho de 2002 foi resultado de inúmeras tentativas fracassadas do movimento piqueteiro em buscar uma negociação com o governo que, desde que assumiu a presidência, se negava a recebê-los para um diálogo sobre suas necessidades, exigências etc. Diante de uma somatória de tentativas falidas, o movimento piqueteiro entendeu que a única maneira de pressionar o governo e garantir sua atenção era com uma demonstração de força mediante um massivo bloqueio da circulação do fluxo de capital e da força de trabalho, em todos os principais acessos à capital federal. O enfrentamento se apresentava como a única solução digna para os

piqueteiros, que se afundavam cada vez mais na miséria social. As informações do INDEC disponibilizadas no mês de junho de 2002 revelava aquilo que os piqueteiros sentiam cotidianamente na pele, pois, segundo tais informações, existia no país mais de 06 milhões de desempregados e subempregados, 18.219.000 milhões de pobres, cifra que representava mais da metade da população nacional, que também se encontrava por debaixo da linha da pobreza. Desse total, 7.777 milhões eram indigentes (ARTESE, 2009; MTD ANÍBAL VERÓN, 2012, CLARÍN, 09/06/2002).

As declarações que circulavam pelo capital comunicacional, após tornar pública a intenção do bloco piqueteiro em promover uma, na Ponte Pueyrredón, no dia 26 de junho de 2002, não deixavam dúvidas acerca da intenção do bloco dominante em tornar ilegítima, assim como de reprimir violentamente tal mobilização:

“O chefe de gabinete, Alfredo Atanasof, reiterou que existe a decisão de utilizar ‘todos os mecanismos para fazer cumprir a lei’ e evitar que a capital fique isolada, diante da qual os piqueteiros ratificaram a medida e disseram que manteriam os bloqueios sobre as pontes que dão entrada a cidade [...] Atanasof qualificou a decisão de bloquear esses pontos como ‘um ato irracional’. Disse, inclusive, não saber ‘que fins perseguem os dirigentes’ e considerou que sua

metodologia não faz mais que ‘contribuir com o caos’” (Página 12, 25/06/2002).

“Em uma eventual situação de caos absoluto, naturalmente se pensa que alguém terá que por ordem. Então a hipótese leva a pensar que os militares argentinos seguramente estão pensando nessa hipótese. Se eu fosse (o chefe do exército, Ricardo) Brinzoni, por mais que quisesse que não houvesse nenhuma perturbação, minha obrigação profissional seria ter o plano B (Página 12, 15/06/2002).

“A questão dos piquetes e do possível bloqueio simultâneo aos acessos da cidade é uma das maiores preocupações do governo em relação ao conflito social, que já registrou mais de 11 mil manifestações nos primeiros cinco meses do ano, segundo dados da Secretaria de Segurança revelados ontem por Clarín. Alvarez advertiu que se bloqueiam todos os acessos ao mesmo tempo será encarado pelo governo como uma ação bélica” (Clarín, 19/06/2002).

“O MASSACRE ANUNCIADO – um juiz da nação antecipava a esse cronista, há 72 horas, que se preparava uma violenta repressão contra os piqueteiros na Ponte Pueyrredón. Fiquem de olho – disse o magistrado – vão meter bala. O magistrado sabia pelo pessoal de segurança com quem estava em contato devido as suas funções” (Página 12, 27/06/2002).

A perspectiva do bloco dominante não tem interesse em revelar a realidade concreta, mas tão somente contribuir para a construção de uma corrente de opinião contrária à contestação social piqueteira. Com esse intuito é que podemos perceber a finalidade do discurso ideológico (fragmentos de ideologia no sentido marxista) e por isso o ato de bloquear os acessos à capital federal é apresentado como algo que não possui uma razão de ser, um ato irracional. No entanto, sabemos que tais discursos simplificam, ofuscam e escondem a realidade concreta, isto é, o processo de lumpemproletarização que lançou milhares de pessoas à condição de classe marginalizada da divisão social do trabalho, tendo como objetivo fundamental disciplinar a força de trabalho, impor condições extremamente precárias de trabalho, baratear a força de trabalho, em suma, alavancar a acumulação integral de capital. E qualquer movimento que se apresente como obstáculo a esse processo precisa ser anulado, tornado ilegítimo e reprimido.

Porém, como não é do interesse do bloco dominante permitir que a realidade concreta seja percebida tal como ela é, esse bloco busca apresenta-la de forma invertida e de vítima da acumulação integral o movimento piqueteiro é transformado em um movimento violento e ilegítimo, que não possui outra finalidade (a dignidade da luta contra a miséria, por exemplo) que não seja a de perturbar a ordem social, promover o caos etc. A forma

como isso é construído fundamenta-se em afirmações simplórias sem muita reflexão, tal como a de afirmar que os dirigentes piqueteiros não possuem outros objetivos que não o de promover o caos. Dessa maneira, constrói-se uma polaridade entre “nós” (os defensores da ordem) e “eles” (os promotores do caos) e, a partir do momento, em que esses discursos se convertem em correntes de opinião hegemônicas, o bloco dominante “torna” a repressão necessária e legítima .

Outra característica que se apresenta em tais discursos é a de buscar construir um consenso em torno da ideia acerca de que a repressão poderia ser evitada pelos contestadores sociais, visto que o governo vinha fornecendo diversas demonstrações de que não permitiria mais os métodos piqueteiros. Mas, como já está claro, tudo isso é feito ocultando outras determinações, tais como a falta de diálogo e resolução concreta para o problema da fome, insalubridade, desnutrição infantil, desemprego, indigência e todas as diversas mazelas sociais que golpeou duramente o lumpemproletariado argentino. Nesse sentido, a luta digna contra todas essas mazelas é ocultada e transformada em meros atos de perturbação social sem outra finalidade que não a construção do caos. Assim, os discursos do bloco dominante preparavam o terreno para a construção do consenso em torno da repressão violenta que já estava sendo planejada.

Apesar dos discursos ameaçadores do bloco dominante (verdadeiras declarações de guerra naquele contexto) veiculados pelo capital comunicacional, o Bloco Piqueteiro Nacional seguiu com seus planos de mobilização e contestação para o dia 26 de junho de 2006, tendo como objetivo fundamental dar uma demonstração de força sitiando a capital federal. Desde as 11hs00min, piqueteiros das organizações que compunham o Bloco Piqueteiro Nacional se concentraram nos locais de acesso que comunicam Avellaneda com a capital federal. A jornada de mobilizações contava com o bloqueio de cinco pontes, na qual o bloqueio da Ponte Pueyrredón estava sob responsabilidade da Coordenadora Aníbal Verón, e, por isso, ali se encontravam um número maior de piqueteiros dessa Coordenadora, que é expressiva na zona sul do conurbano bonaerense. Desde mais cedo iniciava os bloqueios de diversas outras pontes que ligavam a capital à zona sul do conurbano (Pueyrredón, Alsina e La Noria), assim como os acessos que ligavam à zona oeste e norte (bairro de Liniers, Avenida General Paz e Panamericana). Apenas nos acessos sul da capital federal se mobilizou aproximadamente 20 mil piqueteiros, objetivando sitiar a cidade de Buenos Aires (Red Eco Alternativo, 2009; ARTESE, 2009, 2013).

Do lado do operativo repressivo, pela primeira vez em um bloqueio de estradas, atuaram em conjunto e de maneira imponente as três forças policiais federais:

polícia federal, gendarmaria e prefeitura (*Grupo Albatroz*⁵) e a polícia bonaerense. Mas, além da quantidade oficial de policiais que participaram do operativo repressivo, isto é, aproximadamente 2 mil efetivos das distintas forças policiais, o número exato era bem maior:

formaram parte da repressão efetivos que não figuraram nos relatórios oficiais, de uniforme ou vestido de civil, inclusive retirados (aposentados) da polícia convocados antecipadamente. Membros das delegacias 2^a e 3^a de Avellaneda estiveram presentes sem que fossem registrados nas planilhas oficiais. Sua presença só foi reconhecida pelos chefes policiais diante da evidência televisiva e a denúncia dos manifestantes e advogados. É o caso do oficial subinspetor Vladimir Brezas, registro 37.703, quem de civil perseguiu manifestantes portando sua escopeta marca Batán número 7997, e dos sargentos Carlos Riveros e Ramón Romero, a quem posteriormente foram

⁵ Trata-se de “uma força de operações policiais, organizada, instruída e equipada para responder rapidamente e eficientemente a uma ampla gama de requerimentos de serviços [...] garantir segurança às pessoas e bens em caso de sabotagem, atentados, distúrbios, ‘explosão’ de lutas sociais, contingências fortuitas ou provocadas [...] restabelecimento e manutenção da ordem pública, garantindo a liberdade de trabalho [...]” (Prefectura Naval Argentina – Autoridad Marítima. Em: http://www.prefecturanaval.gov.ar/web/es/html/inst_servicios9.php).

citados para perícia de suas armas. Todos eles pertencentes à delegacia 2ª de Avellaneda. Também da delegacia 3ª de Dock Sud figurou pessoal extra: o oficial subinspetor Marcelo Fiodomo foi visto no lugar uma vez iniciada a repressão. Outros reforços não foram reconhecidos ainda que ficaram devidamente documentados por investigações jornalísticas: é o caso do pessoal retirado (aposentado - LB) das forças repressivas, como Celestino Robledo, ex-agente Bonaerense, quem atuou como parapolicial e acompanhou seus antigos camaradas de força perseguindo e detendo manifestantes, inclusive portando uma arma regulamentada facilitada por um agente em atividade (MTD ANÍBAL VERÓN, 2012, p. 54).

Por volta das 11hs45min uma coluna de piqueteiros ocupou a descida da Ponte Pueyrredón, bloqueando a estrada e interrompendo o trânsito. Paulatinamente diversas estradas e ruas passaram a ser bloqueadas, causando um enorme congestionamento na região. Outras colunas piqueteiras se aproximavam da ponte chegando de distintos pontos até que a segunda coluna, avançando pela Avenida Mitre, se deparou com uma linha de infantaria comandada pelo comissário Franchiotti a 20 metros da ponte bloqueada. Um grupo de aproximadamente 10 policiais permaneceu no meio da avenida entre duas colunas piqueteiras, contrariando propositalmente ensinamentos básicos da infantaria, tal

como o de garantir proteção à retaguarda. A coluna conduzida pela Coordenadora Aníbal Verón, emergida por detrás da linha policial, seguiu em direção ao grupo de policiais até se aproximar a um metro de distância. Estava armada a emboscada policial que levaria adiante, não às ordens de evitar o bloqueio dos acessos à capital, mas sim o verdadeiro plano estatal: eliminar o movimento piqueteiro com uma repressão brutal.

Naquele momento, o movimento piqueteiro não pôde perceber que a manutenção de um reduzido cordão policial no meio de duas gigantescas colunas piqueteiras fazia sim sentido, porém passado alguns dias, ao analisar o ocorrido, compreenderam que estavam diante de uma verdadeira emboscada que necessitava, para dar início ao massacre de Avellaneda, somente de algumas provocações policiais, tais como essa de manter uma dezena de policiais no meio de duas grandes colunas:

os meios de comunicação insistiram que esses policiais foram agredidos. Não vou dizer que não, porém, que sentido preventivo tinha esse cordão posto ali? Observe que paradoxo: uma vez na base (da ponte), nós não subimos na ponte porque sabíamos que havia grande quantidade de tropas da Prefectura acima. Porém, estavam há 200 metros acima, ou seja tínhamos lugar para avançar pela ponte se quiséssemos. Esse espaço nos deixaram aberto, porém puseram um cordão da infantaria sobre Mitre

(avenida), aonde não tinha razão de estar. Esse cordão policial adquire sentido somente se quem o ordenou sabia que iam ficar no meio de duas colunas de manifestantes, a nossa e a do Bloco. E isso eles sabiam mais que nós. Então, essa atitude da infantaria, desde o ponto de vista dos que buscavam provocar, não foi um erro. Certeza que não. Até agora falamos dos indícios que mostram como montaram as condições para reprimir. Primeiro, que nos deixaram chegar até a base da ponte. Segundo, que o cordão da infantaria estava localizado em um lugar absurdo, no meio de onde iam confluir duas colunas de manifestantes. O terceiro elemento é quem dirige os policiais desse cordão. Quando a coluna do bloco chega, parte do cordão da infantaria começa a se retirar. Porém Franchiotti, com Itaka (escopeta- LB) na mão, insiste aos seus subordinados para que fiquem, que resistam ali. É muito clara essa imagem nos vídeos: como na cabeça de alguns canas existia algum sentido, tenderam a correr para a calçada. Franchiotti se mantém ordenando a outros canas do cordão para que permaneçam onde estavam. Alí se dão os primeiros atritos, o que se vê bem nas filmagens da tv são empurrões y bastonadas, até que fazem soar os primeiros gases e tiros de escopeta. Era o lugar mais inteligente para montar uma provocação. Estavam todas as câmeras de televisão e, como eram poucos nesse cordão da infantaria, ficaram facilmente como vítimas -

Declaração de militantes piqueteiros
(MTD ANÍBAL VERÓN, 2012, p. 61-
62).



Figura 01– Cordão policial mantido no meio de duas colunas piqueteiras sob ordens do comissário Franchiotti.

Assim que as forças repressivas obtiveram o que desejavam, isto é, a reação piqueteira⁶ às provocações armadas, iniciou-se o massacre de avellaneda. Diversas filmagens e documentários realizados por vários meios alternativos de comunicação apresentam claramente como

⁶ Durante o calor emocional do eminente enfrentamento entre piqueteiros e forças repressivas, que armaram uma emboscada com atitudes provocativas, uma piqueteira cai na emboscada ao agarrar a jaqueta do comissário Franchiotti (responsável pela emboscada) e lhe dar um puxão. A partir desse momento inicia-se a repressão brutal, que toma forma de uma caçada violenta e assassina pelas ruas, estações, sedes de agrupamentos políticos de esquerda etc.

se deu essa selvageria repressiva que não mediu esforços para fuzilar, espancar e torturar centenas de piqueteiros (ALAVÍO, 2002a; ESCOBAR e FINVARB, 2007).

Ao iniciar a repressão com bombas de gás lacrimogênio, balas de borracha e tiros com armas de fogo, os piqueteiros se dispersaram e iniciaram a retirada da região, ficando impossibilitados de levar adiante os planos de bloquear os cinco pontos de acesso à capital federal. No entanto, a repressão não se deteve, pelo contrário, pois, a partir daí, iniciava-se uma verdadeira caçada aos piqueteiros pelas avenidas e ruas próximas a Ponte Pueyrredón, marcadas por uma perseguição policial acompanhada de uma grande quantidade de disparos efetuados pelas forças repressivas, vindos de todos os lados, inclusive de franco-atiradores postados em alguns prédios da região. Quantidade expressiva desses disparos equivalia a disparos com armas de fogo e uma das provas mais contundentes do uso constante de tais armas, além dos feridos e mortos, foram os inúmeros registros (fotos e filmagens) da constante preocupação de diversos policiais em resgatarem seus cartuchos de chumbo no asfalto para não deixarem provas. Os documentários que registraram esses momentos demonstram a magnitude da violência repressiva estatal utilizada no massacre de avellanda (ALAVÍO, 2002a; ESCOBAR e FINVARB, 2007).

Mario Pérez, ao que tudo indica, foi o primeiro piqueteiro a receber o impacto de uma arma de fogo nas

duas pernas, ao longo da Avenida Avellaneda. Logo em seguida, Aurora Cividino, membro da Assembleia de San Telmo, também foi baleada pelas costas, tendo o fêmur esquerdo fraturado e outra bala alojada na coxa direita. Cem metros à frente de onde Aurora foi baleada, aproximadamente 200 piqueteiros faziam frente, com paus e pedras lançadas por estilingues, ao avanço das tropas bonaerenses e da prefeitura, com o objetivo de retardar o avanço repressivo e melhor organizar a retirada. Entre os piqueteiros que resistiam ao avanço das tropas encontrava-se Maximiliano Kosteki, Miguel Ángel e Carlos Romeo em frente ao supermercado Carrefour. Um tiro de escopeta atinge o três piqueteiros e feriu fatalmente Maximiliano Kosteki, deixando os demais feridos nas pernas e ombros. As imagens transmitidas pelo canal de notícias Crónica TV mostra o momento exato em que Maxi é fuzilado no peito, eram 12hs42min, isto é, haviam passado 40 minutos do início da repressão e as tropas davam sinais de que a repressão estava longe de terminar. Socorrido por alguns companheiros Maxi foi levado até a estação avellaneda onde faleceu (MTD ANÍBAL VERÓN, 2012).

Aproximadamente a 20 quadras da Ponte Pueyrredón, na Avenida Pavón, Juan Arredondo é atingido por dois tiros, um nas nádegas e outro no tornozelo. Impossibilitado de seguir fugindo, acabou capturado e levado para a 1ª delegacia de Avellaneda, na qual ficou por aproximadamente 04hs00min perdendo sangue até ser

transferido para um hospital. Não era a primeira vez que Juan havia sido baleado por participar de uma contestação social, pois há alguns meses atrás teve seu pulmão perfurado por uma bala de 09 milímetros disparada por um agente penitenciário em um protesto realizado pelo MTD de Lanús contra o atraso no pagamento dos subsídios sociais.

Logo após iniciada a repressão, as tropas que se encontravam na Avenida Mitre também dispararam diversas vezes com armas de fogo contra os piqueteiros. Uma das primeiras vítimas foi Leonardo Torales, de 17 anos, que teve seu pulmão perfurado por uma bala. Leticia Vasarhelyi, uma médica que costumava acompanhar as manifestações piqueteiras para prestar os primeiros socorros às vítimas da repressão, ao auxiliar o jovem, também foi atingida por balas de borracha. Leonardo permaneceu 35 dias internato na UTI. As forças repressivas que atuavam nessa avenida eram coordenadas pelo sargento aposentado da polícia bonaerense, Carlos Leiva, que foi flagrado à paisana atirando com arma de fogo contra militantes piqueteiros por diversas fotos e filmagens realizadas pelos próprios piqueteiros e por profissionais de meios alternativos de comunicação (ALAVÍO, 2002a; MTD ANÍBAL VERÓN, 2012).

As forças repressivas coordenadas por Carlos Leiva foi responsável por perseguir, com camionetes e outros carros patrulhas, diversos grupos de piqueteiros por

várias quadras até a Praça Alsina. Nesse percurso, um coletivo foi incendiado em uma localidade onde já não existiam manifestantes, o que nos leva a crer que suas tropas o fizeram com o intuito de criminalizar o movimento piqueteiro e justificar a violência repressiva. As tropas de Leiva e ele próprio foram responsáveis por atirar com arma de fogo contra diversos piqueteiros. As imagens desses recolhendo cartuchos vermelhos, próprios de arma de fogo no asfalto, confirmam os disparos com o intuito de ferir gravemente e matar. Sergio Insauralde foi uma das vítimas dos disparos efetuados por Leiva, que atravessaram sua bochecha direita. Héctor Alvarez foi outra vítima dessas tropas, ao ser baleado no lado direito do peito e, ao final do dia, foi internado em uma UTI. Fugindo da selvagem perseguição comandada por Carlos Leiva pela Avenida Mitre, aproximadamente 50 militantes piqueteiros buscaram refúgio na sede do Partido Comunista, localizado na Rua Brandsen, número 1.200. Contudo, algumas camionetes dirigidas pelas tropas de Leiva chegaram ao local e arrombaram a porta de entrada da sede com diversos tiros que feriram os militantes que tentavam reforçar a porta com seus próprios corpos para impossibilitar o ingresso dos repressores. Após diversos disparos, a porta foi arrombada (imagem registrada por Pablo Piovano, do jornal Página 12) e a sede invadida pelas forças repressivas que no seu interior seguiram disparando contra os piqueteiros. Uma das vítimas foi

Mariano Benítez que ao demorar em seguir a ordem repressiva de deitar no chão com as mãos na nuca, recebeu um disparo de bala de borracha na cabeça quando buscava um lugar no piso cheio de militantes já rendidos, o que lhe causou uma enorme queimadura e ferida, sendo levado desmaiado para o hospital. As casas vizinhas à sede também foram invadidas e seus moradores ficaram sob a mira das escopetas policiais. A repressão na sede do Partido Comunista só não foi maior porque os deputados Luis Zamora e Vilma Ripoll expulsaram aos gritos e empurrões os policiais para fora da sede, e em seguida fugiram em suas camionetes, recebendo pedradas dos piqueteiros que se aproximaram do local para reforçar a resistência.

Do lado de fora da Estação Avellaneda se aproximava as tropas comandas pelo comissário Franchiotti que permanentemente disparavam com armas de fogo (pistolas e escopetas) contra os piqueteiros que escapavam pela Avenida Pavón. A 60 metros da estação, o fotógrafo Sergio Kowalewski procurou dialogar com o comissário Franchiotti, objetivando freiar a brutalidade do operativo repressivo: “Parem, não estão vendo que as pessoas estão indo embora? Parem, pois vão promover um massacre”, advertiu severamente a Franchiotti, que lhe retrucou, “vejam o que me fizeram”, mostrando um arranhão no pescoço, porém Sergio insistia, “mas vocês promoverão um massacre, não estão vendo que eles estão

com paus e pedras e vocês com ferro (arma)?”. Outro policial se aproximou para defender Franchiotti e lhe advertiu: “Se não gosta, vá para o outro lado”, deixando subentendido que poderiam atirar em Sergio também.

As duas vítimas fatais da selvageria policial foram Maximiliano Kosteki e Darío Santillán, dois jovens e aguerridos militantes piqueteiros⁷. Após ser fuzilado no estômago, Maxi foi levado ainda vivo por alguns companheiros até a Estação Avellaneda onde agonizou até a morte. Na intenção de auxiliá-lo e chamar uma ambulância Hector Fernández se manteve na estação. Logo depois chegou Darío Santillán, que ao saber da existência de um companheiro (que ainda não o conhecia) ferido na estação, regressou para ajuda-lo. Ali se encontravam diversos piqueteiros que assustados com a magnitude da repressão buscavam se proteger das tentativas de fuzilamento policial. Darío, apesar de sua juventude, possuía uma significativa experiência militante e por isso aconselhava os demais a fugirem e insistia em

⁷ “Ambos militavam em distintos MTD da zona sul do conurbano bonaerense, agrupados na Coordenadora Aníbal Verón, ainda que não se conhecessem mutuamente. Santillán tinha uma reconhecida militância no MTD de Almirante Brown e logo de Lanús, e trabalhava em uma “construtora” comunitária fazendo tijolos de cimento. Kosteki se incorporou na mesma organização dois meses antes dos fatos, estudava desenho e pintura e trabalhava em uma horta comunitária dependente do MTD de Guernica, município de Presidente Perón” (ARTESE, 2013, p. 139).

ficar para socorrer Maxi. Aos gritos dizia: “Vão, corram, fujam. Eu fico, mas vocês saiam, saiam”. Muitos saíram e conseguiram subir no primeiro trem que partia. Logo em seguida se escutam disparos efetuados contra a Estação Avellaneda, era o início do plano estatal que consistia em simular um enfrentamento entre distintos grupos piqueteiros, o que reforçava a corrente de opinião que os relacionava à delinquência e violência. Darío se manteve agachado ao lado do corpo de Kosteki, conferindo seus pulsos, quando ingressam à estação o cabo Acosta e o comissário Franchiotti com o intuito claro de assassinar alguns piqueteiros, nesse caso Darío Santillán é quem foi fuzilado, para logo depois retirá-los da estação com a explicação de que se “mataram entre eles”:

Darío percorreu cinco metros desde que se levantou e buscou a saída até que lhe atiraram com escopeta pelas costas. Havia atravessado as portas que dividem o hall do pátio da estação; havia passado também por Franchiotti, que em sua corrida atrás de outro rapaz demorou pegando outros cartuchos no bolso do seu casaco. Acosta havia empreendido a perseguição seguindo seus passos. O cabo e o comissário levavam munição de guerra (prova disso foi a preocupação em resgatar seus cartuchos no chão, registrada em diversas ocasiões, durante toda a caçada repressiva – LB) e os dois ficaram na linha de tiro quando Darío caiu ferido de morte. Ao escutar um novo

estampido e dirigir o olhar, Sergio Kowalewski viu apontando, em primeiro lugar, o comissário. Pepe Mateos, fotógrafo do jornal Clarín, quem segundos antes havia retratado o ingresso dos policiais no Hall, não teve ângulo suficiente para ver o momento em que se efetuou o disparo. Caminhou até o pátio quando escutou a detonação e então viu Darío caído tentando seus últimos movimentos [...] os policiais se aproximaram do corpo agonizante: “a polícia o tratou de uma forma brutal. Os policiais o pegavam e diziam ‘pare’, o chutavam. O comissário, que eu não sabia quem era também estava quando o levaram para fora. Vi uma selvageria na forma em que trataram Santillán (MTD, ANÍBAL VERÓN, 2012, p. 79-80).

Outros 30 militantes piqueteiros foram feridos por armas de fogo pelas costas enquanto buscavam fugir e resistir à selvageria repressiva, aproximadamente 160 militantes foram feridos com balas de borrachas. Levando em conta que diversos deles foram atingidos por armas de fogo em regiões vitais, tais como peito e cabeça, o número de mortos poderia ter ultrapassado mais de 15 piqueteiros. Deve-se levar em conta, como ressaltou o MTD Aníbal Verón, que o número de militantes feridos foi muito maior que o apresentado, pois diversos deles, temendo represália e torturas, não recorreram aos hospitais para serem atendidos. Quase 200 pessoas foram detidas, acusadas de atentarem contra o patrimônio público e privado, de

praticarem atentados e de resistirem à autoridade. Outros tantos militantes que foram detidos pela repressão denunciaram a prática de torturas físicas e psicológicas, incluindo a simulação de fuzilamentos, e outros tipos de violência, tal como serem amontoados em celas superlotadas, com mulheres grávidas e outras pessoas dependentes de medicação que eram negadas pelos policiais etc. (ARTESE, 2009).





Figuras 02, 03, 04– Imagens do fuzilamento de Darío Santillán na Estação Avellaneda, com destaque para os responsáveis (Acosta e Franchiotti) e a utilização de cartuchos vermelho (arma de fogo)⁸.

No dia seguinte, o bloco dominante iniciava a tarefa de “reconstruir” ideologicamente o massacre de avellaneda com vistas a reforçar a corrente de opinião produzida pelas forças repressivas e reproduzidas por esse bloco social. Tal corrente de opinião, que buscava tornar-se hegemônica, relacionava os piqueteiros à delinquência, vandalismo e outros atos violentos, bem como os associava com diversos inimigos imaginários, tais como

⁸ Momento em que o cabo Acosta (13) e o comissário Franchiotti (14) ingressam na Estação Avellaneda, minutos antes do fuzilamento de Darío Santillán. No piso encontra-se Maximiliano Kosteki fuzilado e Darío Santillán levantando e buscando escapar dos policiais que o assassinaria segundos depois. Na última imagem (15), temos Darío Santillán já fuzilado, agonizando no pátio da Estação Avellaneda. Em destaque o cartucho vermelho, próprio de munição de fogo, utilizado para fuzilar Santillán a 05 metros de distância.

subversivos de esquerda, guerrilheiros estrangeiros, traficantes de drogas, terroristas, revolucionários, comunistas etc. Tudo isso com o objetivo de formar um consenso em torno da necessidade de reprimi-los, inclusive violentamente.

Desde os primeiros instantes após o massacre de avellaneda, as forças policiais produziram um discurso ideológico, fundamentalmente, ocultar a realidade do acionar massacrante das forças repressivas, transferindo a responsabilidade pelas mortes aos próprios piqueteiros: os duros, delinquentes, violentos etc. Para essas ocasiões serviam essas constantes referências negativas aos piqueteiros, quer dizer a construção de uma corrente de opinião que insistentemente os relaciona à violência facilitava a aceitação de discursos ideológicos criminalizadores da contestação social piqueteira, seus métodos violentos e perigosos, seus grupos delinquentes etc.

No dia 27 de junho de 2002, a totalidade das empresas capitalistas de comunicação reproduziu o discurso infame do comissário Franchiotti, responsável por coordenar o operativo que resultou no Massacre de Avellaneda e autor do disparo que assassinou Darío Santillán. Vejamos seu discurso e quanta canalhice:

“Na estação, lugar que nós nunca entramos [...] Nós só portamos gases e balas de borracha [...] A gente que

estava dentro da estação nos reclamava. Tinha entrado um grupo muito importante, se sentiam disparos de arma de fogo em direção a um dos trens que passava. A gente que estava ai e que pudemos fazer contato e estabelecer um dialogo nos comentava que haviam disparado para o trem, que havia tiroteios ali dentro ... Ficaram alguns grupos, por isso atiramos alguns gases. Os gases entraram na estação, ai tivemos que sair e tiramos um montão de gente que nos pedia auxílio porque havia mulheres com crianças, grávidas e outros que estavam tirados no piso e tivemos que retirá-los para o lado da Pavón ... para evitar que pudesse lhes acontecer algo. (Então) eu vejo um dos piqueteiros que acontece que termina sendo esse rapaz Santillán. Lhe pergunto o que havia acontecido, ele retirou o pano que tinha no rosto e me disse que haviam dado um tiro em suas costas. Lhe digo: ‘Consegue levantar? Vou te levar ao hospital. Tenta levantar, tenta, lhe disse’. Tentei levá-lo sozinho e não consegui, era bastante pesado. Então recorri ao auxílio de outros policiais” (MTD ANÍBAL VERÓN, 2012).

Tal discurso é o primeiro de diversos outros discursos capciosos, fundamentados em inverdades que buscaram ocultar a realidade (o fuzilamento policial) e confundir a sociedade. Nesse sentido, até ser desmascarado pelas evidências de outras provas e fontes

que surgiram 48 horas após o massacre, o capital comunicacional agiu com o objetivo claro de transferir toda a responsabilidade pela violência aos próprios piqueteiros, ou melhor, aos inimigos imaginários que se construíram com o intuito de camuflar uma ofensiva de classe, apresentando-a como uma ofensiva contra grupos infiltrados perigosos, os “verdadeiros responsáveis pelos episódios de violência” etc. As primeiras explicações do bloco dominante para o massacre era que “os piqueteiros haviam se matado entre eles”, que “havia grupos infiltrados organizados, armados e violentos” (inimigo imaginário). Nos discursos jornalísticos, essa posição ideológica se reforçava com a apresentação seletiva e parcial da realidade que reproduzia o cinismo degenerado do discurso de Franchiotti, que insistia em apresentar os piqueteiros como armados e violentos, da existência de grupos infiltrados etc.:

“Os piqueteiros que estão dispostos a resistir estão avançando contra a polícia, estão avançando contra a polícia nesse momento” (Azul TV, 26/06/2002).

“HÁ DISPAROS DE ARMAS DE FOGO” (chamada do noticiário), “o certo é que a região ficou cheia de automóveis destruídos com a passagem dos manifestantes furiosos e à polícia não restou nenhuma margem de ação”, “havia muitos piqueteiros que estavam com pedras, que estavam com estilingues,

dispostos a levar à cabo o enfrentamento” (Azul TV, 26/06/2002).

“A polícia estava com uma equipe antidistúrbios e foi tremendamente agredida e isso está claramente visto na televisão” (Juan José Álvarez, America TV, 26/06/2002).

“o governo da província de Buenos Aires assegura que os piqueteiros foram responsáveis pelos incidentes e que portavam armas de grosso calibre como escopetas” (Azul TV, 26/06/2002)

O GOVERNO GARANTE QUE FORAM INFILTRADOS - Sob suspeita dois grupos piqueteiros [...] DOIS MORTOS NO ENFRENTAMENTO DE PIQUETEIROS COM A POLÍCIA – Grupos radicalizados de esquerda destruíram negócios e queimaram automóveis e coletivos : “O chefe do operativo de segurança na ponte, comissário Alfredo Franchiotti, assegurou que suas forças não portavam projéteis de chumbo e acusou os piqueteiros de disparar com armas de fogo [...] Essa gente vinha com toda a intenção de lutar conosco ... Com paus, armada, com panos cobrindo suas caras. Não digo que se tratava de um exército, porém é gente que vinha combater, logo assinalou o comissário Franchiotti” (La Nación, 27/06/2002).

CAOS DEBAIXO DA PONTE

– “Enrique Pini, um vizinho de Avellaneda que se apresentou para declarar após o ocorrido, relatou a La Nación que viu como dois piqueteiros carregavam armas de fogo pela estrada durante sua fuga” [...] Um coletivo que passava pelo lugar denunciou na 1ª Delegacia de Avellaneda que outro grupo de encapuzados o assaltou com escopetas Itaka e pistolas automáticas pouco antes do enfrentamento. Logo incendiaram o coletivo com bombas molotov. O relato foi difundido pelo chefe do operativo, que tinha uma ferida no olho esquerdo. Um piqueteiro o golpeou selvagememente pelas costas enquanto declarava à imprensa no hospital fiorito, para onde tinha sido levada as vítimas” (La Nación, 27/

DO PIQUETE À TRAGÉDIA

– “Era de supor que as tensões que desatam os atos ilícitos como os bloqueios de caminho por organizações de piqueteiros iam provocar algum dia um trágico saldo como o produzido ontem em Avellaneda [...] O mecanismo de protesto dos piqueteiros, lamentavelmente se estendeu de ponta a ponta o território nacional viola preceitos constitucionais, tais como os que garantem os direitos de trabalhar e transitar livremente por nosso solo, à margem de ocasionar severos prejuízos econômicos ao impedir a passagem de distintos meios de transporte de passageiros e de carga, que não podem chegar a tempo a seus destinos. Se a isso se acrescenta que quem organiza os

piquetes vão armados, no mínimo com paus e outros objetos contundentes, não é necessário abundar em detalhes para conceber essas manifestações como autênticos atos de violência” (La Nación, 27/06/2002).

SE SABIA QUE OS PIQUETEIROS TINHAM ARMAS – “O governo bonaerense, por sua parte, acredita que os atos de violência protagonizados pela polícia provincial e os piqueteros “foram preparados por grupos de infiltrados para semear o caos no país” (La Nación, 28/06/2002).

“[...] os pescadores em rios revoltosos que aspiram conduzir o conflito social com uma dose maior de violência. É provável que à luz dos fatos sucedidos ontem, esse último grupo (os duros, violentos) tenha tido uma maior participação [...] Não se deve descartar que esse nível de desordem e rebeldia tenha sido gerados pelas diferenças suscitadas em distintas agrupações que convocaram os atos de protesta ontem, frente à advertência oficial de que as forças de segurança não permitiria os bloqueios de caminhos” (La Nación, 27/06/2002).

Os primeiros discursos veiculados no capital comunicacional são objetivos e enfáticos no momento em que informam seletivamente o que está ocorrendo na Ponte Pueyrredón: os piqueteiros *dispostos a resistir*

*avançam contra a polícia, estão avançando contra a polícia (violentos); o certo é que na passagem dos piqueteiros houve muita destruição (violência e delinquência); há armas de fogo (dos piqueteiros?); armados com estilingue e pedras dispostos ao enfrentamento (violentos); a polícia foi tremendamente agredida (piqueteiros violentos, polícia passiva); responsáveis pelos incidentes e fortemente armados (reforça a tendência de que estão armados e, portanto são violentos); já se sabia da preparação piqueteira para uma *luta armada* e seu *cronograma de hostilidades*. Percebe-se que no discurso jornalístico os piqueteiros são sempre os agentes da ação violenta, enquanto a polícia apenas sofre seu acionar.*

No plano estatal era assim mesmo que as coisas deveriam parecer, isto é, uma pequena quantidade de policiais cercados por uma multidão de piqueteiros agressivos. Porém, estando no local dos acontecimentos os jornalistas sabiam quem realmente portavam armas de fogo e disparavam contra os piqueteiros, isto é, a força repressiva, mas ao noticiar a realidade com a chamada “HÁ DISPAROS COM ARMAS DE FOGO”; SE SABIA QUE OS PIQUETEIROS TINHAM ARMAS acompanhada de discursos que informam sobre a violência piqueteira, permite transparecer a informação segundo a qual os piqueteiros são os possíveis responsáveis pelos disparos, já que são eles os violentos. Dessa maneira, vai

se construindo uma corrente de opinião que acredita de fato que são os piqueteiros (duros) os responsáveis pela violência em Avellaneda e, por outro lado, livram o aparato repressivo estatal da responsabilidade pelos seus crimes terroristas (torturas, simulacros de fuzilamento, ameaças de morte, fuzilamentos, assassinatos etc.).

Os discursos dos jornais impressos reiteravam essa mesma versão dos acontecimentos e acrescentavam enfaticamente a presença de inimigos imaginários na mobilização, responsáveis por elevar o grau de violência contra as forças repressivas estatais: O GOVERNO GARANTE QUE FORAM INFILTRADOS e as suspeitas, como não poderia deixar de ser, são dois grupos piqueteiros (os duros e violentos) com posturas *radicalizadas de esquerda*, o que no pensamento axiológico se apresenta como algo extremamente negativo e ameaçador. O caráter ideológico dos discursos é flagrante e se apoia em mentiras deliberadas, tais como a de portar armas de fogo e dizer que não as portava, tal como fez Franchiotti, que ainda insistia em dizer que os disparos viam dos piqueteiros, que se demonstravam *dispostos a combater*.

Diversos outros discursos ideológicos foram veiculados no capital comunicacional buscando explicar as mortes de Darío e Maxi desvinculadas do acionar

repressivo estatal. Quantitativamente⁹ e qualitativamente tais discursos expressaram os interesses hegemônicos no interior do bloco dominante e se manifestaram através do pronunciamento de diversos burocratas que, uma vez mais, se fundamentava no suposto caráter vandálico e delitivo das organizações piqueteiras para criminalizá-las e responsabilizá-las pelos assassinatos, apresentados como fruto de uma richa interna (ARTESE, 2013).

“Houve casos, como o que denunciou o motorista de um coletivo, de homens que levavam bombas molotov, escopetas e armas. Que não são parte dos que habitualmente se manifestam (Juan José Álvarez, Secretário de Segurança, La Nación, 27/06/2002).

Os piqueteiros se mataram entre eles (Felipe Solá, governador de Buenos Aires, Página 12, 30/06/2002).

A metodologia utilizada por alguns grupos não encontra justificativa e se torna perigosa. A estratégia de bloquear as estradas e ruas de maneira sistemática supõe uma violência intrínseca que gera reações nos setores da população diretamente afetada por seus

⁹ Aqui me refiro a um total de 69 discursos veiculados pelos jornais Clarín, La Nación, Página 12 e El Día entre os dias 15/06/2002 e 03/08/2002. Desse total de 69, 54 discursos continha algum tipo de caracterização dos contestadores sociais e seus métodos de contestação, dos quais 31 (57,4%) foram pronunciados por algumas frações de classe da burocracia (governamental, estatal/partidária).

operativos. Mas, aliás, é notório o acionar, no marco de grandes colunas de manifestantes pacíficos, de grupos minoritários –geralmente atuam com os rostos cobertos e armados, pelo menos com paus e pedras- que sustentam uma atitude de beligerância e promovem, em determinadas circunstâncias, uma alta voltagem de violência (Raúl Kraiselburd, diretor do Jornal, El Día, 28/06/2002).

O que está claro é que o bloco dominante não tem nenhum compromisso com a verdade, mas sim com seus interesses de classes que para serem garantidos nessa conjuntura, dependia do fim da contestação social piqueteira e isso é o que mais importava e justificava a fórmula: repressão violenta, discurso ideologêmico/invenção de inimigos imaginários e outras inverdades grotescas. O discurso do secretário de segurança oculta uma verdade para apresentar uma inverdade, pois os homens que foram vistos na mobilização com bombas molotov, escopetas e armas, e que incendiaram o coletivo eram policiais travestidos de piqueteiros, com o claro objetivo de criminalizar as ações piqueteiras, inventando um inimigo imaginário potencial para transferir a responsabilidade pelas mortes e outras brutalidades que o operativo repressivo seguramente geraria.

A afirmação objetiva do governador de Buenos Aires e de outros burocratas governamentais, de que os

piqueteiros se mataram entre eles, apenas demonstra a vileza utilizada para criminalizar a qualquer custo os contestadores radicais, pois o que não faltava para os piqueteiros, caso a disposição fosse para fuzilar alguém, eram alvos policiais de todas as cores e por todos os lados para apontar. E com certeza teríamos Franchiotti, Carlos Leiva e Acosta como vítima da suposta violência de piqueteiros armados e não Darío e Maxi.

A maneira como o operativo repressivo realmente procedeu e a forma como o bloco dominante o apresentou, através do trabalho conjunto no interior do capital comunicacional, demonstrava que havia um planejamento prévio, uma forma determinada para proceder: reprimir brutalmente com uma imensa quantidade de forças policiais, inclusive à paisana, autorizada a atirar para matar, construir uma corrente de opinião que confunda a sociedade e a faça acreditar na existência da violência piqueteira e, posteriormente, responsabilizar o movimento piqueteiro (os grupos radicalizados e duros) pelas mortes ocorridas. Para isso, setores do bloco dominante em conjunto (capital comunicacional, burocracia, intelectualidade etc.) e as forças repressivas precisaram agir de forma extremamente planejada e com diversas ações criminosas.

Vários indícios apontam para a existência de uma planificação com vistas a ampliar a magnitude e brutalidade repressiva, assim como transferir as

responsabilidades para determinados setores piqueteiros (os duros e violentos, com agentes externos infiltrados) etc.: a) a existência de policiais à paisana, não identificados como força repressiva e por isso ampliando a potencialidade da repressão e da situação de vulnerabilidade dos manifestantes. Vários policiais e suas armas não figuraram nos registros oficiais, contrariandos as normativas de segurança; b) Denúncias da existência de uma patrulha policial que destruía diversos vidros de carros, para posteriormente acusar o movimento piqueteiro, assim como a suspeita de que policiais vestidos de piqueteiros teriam incendiado um coletivo durante a mobilização; c) A existência de policiais vestidos como piqueteiros infiltrados na manifestação portando armas (as mesmas utilizadas pela polícia, para que não tenhamos mais nenhuma dúvida – pistolas 09 mm e escopetas/itakas) e atirando, tudo isso com o intuito de confundir a população e transferir a responsabilidade das mortes aos próprios piqueteiros e suas disputas (violentas) internas. Patrícia Walsh, deputada da cidade de Buenos Aires (MST), afirmou ter visto um homem “vestido de piqueteiro conversando de forma familiar com (policiais) uniformizados” (Página 12, 11/07/2002); d) Denúncias de policiais à paisana em ação conjunta com outros fardados, em automóveis sem placas detendo manifestantes, invadindo residências e prendendo diversas pessoas; e) Prática de torturas e simulacro de fuzilamentos nas

delegacias; f) Diversas ameaças foram realizadas contra amigos e familiares das vítimas fuziladas em Avellaneda, assim como do advogado Claudio Pandolfi da CORREPI – Coordenadora Contra a Repressão Policial e Institucional - e do fotógrafo Sergio Kowalewski, responsável pelas fotos dos policiais atirando contra Santillán na estação de Avellaneda; g) Inúmeros policiais foram registrados capturando seus cartuchos de chumbo no asfalto para não deixar provas do uso de armas de fogo etc. (ANÍBAL VERÓN, 2012; ARTESE, 2009, 2013).

A segunda parte do plano estatal era a de reproduzir os discursos ideológicos no capital comunicacional, com vistas a garantir a construção de uma corrente de opinião hegemônica em torno da versão oficial: “os piqueteiros se mataram entre eles”; “os piqueteiros são violentos, delinquentes, grupos exóticos (infiltrados) e usam armas de fogo” etc. Segundo Laura Vales, jornalista do Página 12, durante todo o dia 27 de junho de 2006 “houve uma pressão muito forte para que comunicasse a realidade de que os piqueteiros haviam se matado entre eles, uma pressão desde o governo de Duhalde, muito forte para que sáisse isso” (ESCOBAR e FINVARB, 2007, 25min53seg). Sem dúvida, foram essas as notícias que a maioria dos jornais nacionais veiculara no dia 27 de junho, como demonstramos acima.

Os discursos veiculados pelo capital comunicacional e que são expressão do bloco dominante

carregam implícita e explicitamente a informação segundo a qual alguns setores piqueteiros constituem um grupo social violento, constituído por elementos externos infiltrados (guerrilheiros e traficantes de outros países), preparados para uma luta armada, dispostos a derrubar os poderes constituídos (revolucionários comunistas) e implantarem o caos. Dessa maneira se constrói inimigos imaginários que legitimam a repressão, visto que passam a representar uma ameaça a toda sociedade. De militantes lumpemproletários que lutam contra a regularização da vida miserável se tornam perigosos inimigos, muitas vezes estrangeiros, da nação.

Nesse sentido, reafirmamos que não existe repressão estatal eficaz sem posicionamentos ideológicos eficazes do capital comunicacional (Red Eco Alternativo, 2009). Contudo, naquela circunstância específica, na qual os acontecimentos eram registrados por diversas pessoas não vinculadas ao capital comunicacional, inclusive jornalistas independentes, o bloco dominante não conseguiu promover a corrente de opinião que apontavam os piqueteiros como os responsáveis pelas ondas de violência e pelas mortes, pois no dia 28/06/2002 centenas de jornalistas e fotógrafos independentes que cobriram o operativo repressivo contra o movimento piqueteiro, disponibilizariam as imagens (fotos e filmagens) do envolvimento da polícia nos atos de

violência e nas mortes dos dois piqueteiros e, conseqüentemente, de toda a sinistra armadilha estatal.

Sem sombra de dúvidas, a maior demonstração dos estreitos e inescrupulosos vínculos existentes entre discurso jornalístico (ideologêmico), burguesia e poder estatal na Argentina foi fornecida pelo posicionamento mesquinho do Jornal Clarín, diante dos episódios de imensa brutalidade repressiva como o que resultou no Massacre de Avellaneda. No momento em que Franchiotti e dois de seus homens ingressaram na estação Avellaneda e fuzilaram Darío Santillán pelas costas, estavam presentes no hall da estação o fotógrafo independente Sergio Kowalewski e o fotógrafo do Jornal Clarín Jose Mateos. Ambos registraram, em uma sequência de fotos, o momento em que Darío foi fuzilado. Desde as 18hs00min do dia 26 de junho a sequência de fotos registradas por Jorge Mateos estava à disposição da equipe de redação do Jornal Clarín que, como se soube posteriormente, optou por não publicá-las. Pelo contrário, demonstrou concretamente o quanto de cinismo e sicofantia o discurso do capital comunicacional pode comportar para garantir o poder burguês. A forma como foi construído o editorial do dia 27 de junho de 2002 é prova cabal disso. Em sua capa, destacado em letras maiúsculas e negrito, trazia a seguinte manchete:

A CRISE CAUSOU 2
NOVAS MORTES – Não se sabe
ainda quem disparou contra os
piqueteiros (Clarín, 27/06/2002).

Em outros títulos e seus
respectivos discursos pode-se ler:

Outra vez a violência [...] **UMA ESCALADA DE VIOLÊNCIA QUE TORNA MAIS FRÁGIL A DEMOCRACIA** – “De fato o grande responsável é o Estado, através do Governo nacional e nesse caso também do Governo bonaerense. Porque é o Estado que deve assegurar o cumprimento da lei e a vigência das garantias para os cidadãos. Nesse caso, estamos frente a um estado ineficiente para controlar os grupos violentos e antidemocráticos [...] (Clarín, 27/06/2002).

Outra vez a violência [...] **CENAS DE VIOLÊNCIA E MORTE EM AVELLANEDA, À MARGEM DO RIACHULEO** – A Aníbal Verón, o setor dos piqueteiros duros.

O movimento – que usa o nome do piqueteiro morto em Tartagal, Salta, em novembro de 2000 – iniciou seus protestos há um ano e meio; e se envolve no setor piqueteiro mais radicalizado (Clarín, 27/06/2002).

Outra vez a violência [...] HOUVE DOIS MORTOS E MAIS DE VINTE FERIDOS – “Até bem tarde da noite não havia informações sobre as circunstâncias em que se produziram as mortes. Só se sabe que os dois jovens morreram por impactos de bala, na estação de trem de Avellaneda (Clarín, 27/06/2002).

A CRISE, A VIOLÊNCIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS – “Segundo a informação disponível até o momento, durante o dia de ontem não se desenvolveram somente as ações habituais dos piqueteiros, senão também atos de vandalismo, delitos comuns e agressões à pessoas. Os protagonistas desses atos podem ter sido pessoas pertencentes aos grupos piqueteiros ou outros cujo objetivo era criar o caos com fins basicamente políticos [...] Por uma parte, o desenvolvimento ou consolidação de grupos cujo propósito e metodologia excedem largamente ao dos piqueteiros. De fato, na maioria dos piquetes e em suas mobilizações participam mulheres e crianças, enquanto ontem umas e outras estavam ausentes e algumas colunas estavam encabeçadas por pessoas providas de paus, o que demonstra uma disposição ao enfrentamento. Quer dizer que, a violência pode ter sido, mais que uma consequência das tensões criadas

nesse tipo de situações ou de um mal proceder policial, um ato buscado (Clarín, 27/06/2002).



Figura 04 – Capa da edição do jornal Clarín do dia 27 de junho de 2002, um dia após o Massacre de Avellaneda.

O conjunto discursivo, que compôs as matérias veiculadas pelo Clarín sobre o massacre de Avellaneda, não deixa margens para dúvidas quanto aos propósitos fundamentais da edição do dia 27 de junho de 2002: ocultar a realidade do Massacre de Avellaneda, ludibriar a opinião dos leitores e forçar uma corrente de opinião favorável ao poder. Começando pelo título canalha de sua manchete na capa, que não era lá uma grande novidade uma vez que na edição de 13 de abril de 1997 também havia responsabilizado uma entidade metafísica (a crise) pela morte de Teresa Rodríguez em Cutral-Có, está clara a intenção de ocultar a realidade da brutalidade repressiva estatal com um discurso metafísico que apresenta a crise como a responsável pelas mortes. Ora bolas, quem de fato apertou o gatilho (extremamente fácil) das armas de fogo/escopetas durante toda a repressão estatal? Quem realmente se encontrava armado no interior da estação Avellaneda no momento em que Jose Mateos (fotógrafo do Clarín) capturou a sequência de fotos do fuzilamento de Darío Santillán? Por que razões tais sequências de fotos foram ocultadas na primeira edição sobre o Massacre de Avellaneda, visto que o Clarín já as possuía desde as 18hs00min do dia 26 de junho? Outras perguntas também são instigantes: Por que razões o Clarín enviou seus jornalistas somente após o término do operativo repressivo, quando só existiam as manchas de sangue na estação? Não estaríamos diante de uma renúncia explícita

em cobrir acontecimentos extremamente relevantes para a sociedade?

A verdade é que o jornal Clarín deliberadamente ocultou a responsabilidade da repressão policial pelas mortes dos dois piqueteiros e insinuou, durante todos os discursos veiculados naquela edição, que o movimento piqueteiro especialmente os setores apresentados como duros, mais radicalizados, violentos e antidemocráticos, eram os responsáveis pela escalada de violência. A forma como o Clarín realizou esse processo de criminalização contou com a estratégia discursiva de implicitamente afastar a responsabilidade pelas mortes do aparato policial, alegando ser a crise a responsável pelas mesmas, deixando “livre” para interpretações (não se sabe ainda quem disparou; só se sabe que os dois jovens morreram por impactos de bala), e, ao mesmo tempo, fornecendo explicitamente elementos que induzam a uma interpretação extremamente parcial de que foram os próprios piqueteiros, que por isso eram constantemente apresentados como violentos e antidemocráticos, a Aníbal Verón – o setor dos piqueteiros duros, setor piqueteiro mais radicalizado, caóticos, vândalos, delinquentes, agressores, armados e dispostos ao enfrentamento (e outras inúmeras caracterizações negativas, apresentadas sistematicamente pelo capital comunicacional), e que de forma deliberada tais setores buscavam a morte de alguns

piqueteiros para poder tirar proveito político dessa situação.

Até mesmo algumas agrupações piqueteiras, com postura mais conservadora, moderada e em constantes negociações com o governo de Duhalde, apresentavam discursos criminalizadores das organizações piqueteiras mais combativas e com tendências anticapitalistas:

Capciosamente D'Elía (dirigente da organização piqueteira moderada FTV) expressou que “nós sempre reclamamos em paz e jamais temos tampado a cara” (diário *Clarín*, 28-06-02). Logo aderiu à hipótese do oficialismo, abonando as versões sobre uma intenção insurrecional e criminalizando diretamente as agrupações identificadas com ideologias de esquerda: “existe um setor da esquerda que desde alguns meses acredita ser o eleito para conduzir a revolução na Argentina e tem como objetivo derrubar Duhalde” (*Clarín*, 2-07-02); e “existe infiltração ideológica” (*El Día*, 1-07-02), remetendo ao grupo Quebracho. Este tipo de apreciações, também efetuadas nos episódios anteriores, aprofundaram a brecha existente entre os piqueteiros considerados “combativos” e as agrupações de D'Elía e Alderete. Suas interpretações foram registradas no documentário “La crisis causó 2 nuevas muertes” de Patricio Escobar e Damián Finvarb, que faz alusão ao titular do diário *Clarín* do dia 27 de junho. Ali expôs com

maior eloquência sua caracterização dos fatos ao considerar que os integrantes do Bloco Piqueteiro “combinaram com o governo de Duhalde uma repressão de baixa intensidade, ou seja ‘nós vamos ao bloqueio, vocês atiram alguns gases contra nós e nós vamos embora” Ao governo lhe serve porque pode demonstrar em Washington que tem autoridade para dissolver o conflito social, e aos dirigentes isso lhes servia porque lhes permite se colocarem no centro da cena política e dizer que era um governo repressor, autoritário, e que eles eram os verdadeiros piqueteiros. Era um negócio para ambos. Por quê? Porque necessitavam de mortos (ARTESE, 2013, p. 141).

Discursos criminalizadores semelhantes foram veiculados por outras empresas capitalistas de comunicação, oferecendo outra explicação ideológica, segundo a qual o massacre de avellaneda foi resultado de uma ação insurrecional sistematicamente organizada para a derrubada do governo e tomada do poder, recorrendo novamente à figura de um dos inimigos imaginários inventados (o subversivo terrorista de esquerda) em períodos prévios da história argentina:

As ações de Avellaneda não constituem um ato isolado senão resultado de ações elaboradas que constituem um plano de luta organizado e sistemático, que pode chegar a ameaçar e substituir a fórmula do consenso que a maioria dos

argentinos tem escolhido. Tem quem prefere a linguagem da violência (Jorge Matzkin, ministro do interior, La Nación, 27/06/2002).

Nós já conhecíamos há 20 dias que ia acontecer alguma coisa com essa característica, porque sabíamos, por tudo que comentavam, que se organizavam no dia 22 e 23 no estádio Gatica em Domínico uma assembleia piqueteira em que se discutiria as ações a seguir, nessa assembleia se falou de luta armada, nessa assembleia se definiu o que eles chamam de plano de luta que não é outra coisa senão um cronograma de hostilidades (Aníbal Fernandez, secretário geral da presidência, TV América, 26/06/2002).

Por detrás dos grupos piqueteiros operam setores de ultraesquerda que buscam questionar a vigência da democracia. Esses setores estão interessados em convencer a gente que a democracia é incompatível com a justiça social e com uma política social alternativa (Carlos Vila, subsecretário da Segurana Interior, La Nación, 01/07/2002).

Os dolorosos enfrentamentos que tem sido registrado nesses últimos dias como consequência dos distúrbios causados por grupos piqueteros – muito deles com rosto cobertos, como nos tristes tempos da subversão terroristas devem encontrar uma imediata resposta na consciência moral dos argentinos (...) tendente a modificar a raiz dos hábitos de

violência que estão se instalando no campo do protesto social (Bartolomé Mitre, diretor de La Nación, 28/06/2002).

As mais altas fontes do governo asseguram que as primeiras averiguações das forças policiais e de inteligência apontam as agrupações piqueteiras Corrente Aníbal Verón e Movimento Teresa Rodríguez. E dentro dessas, estariam identificados ativistas vinculados com o representante das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), Javier Calderón, entre outros grupos revolucionários (La Nación, 28/06/2002).

Ontem o Governo de Duhalde pediu à justiça que investigue um suposto complô destinado a derrubar ‘os poderes constituídos’, ao apresentar os elementos de prova reunidos logo depois dos enfrentamentos que antes de ontem causaram duas mortes durante uma marcha piqueteira [...] O governo temeu na verdade que a violência se recrudescera depois que, antes de ontem, na Ponte Pueyrredón, na cidade de Avellaneda, se produziram dois mortos entre os piqueteiros, durante enfrentamentos com as forças de segurança (La Nación, 28/06/2002).

A recorrência a inimigos imaginários é uma tendência concreta em períodos de radicalização da luta de classes, pois nesses períodos o bloco dominante deve reprimir o avanço radical da contestação social, pois do

contrário não consegue garantir a reprodução das condições necessárias para a acumulação capitalista. Contudo, a repressão violenta não deve se apresentar nua e crua à sociedade, principalmente para evitar maiores adesões e apoio aos movimentos de contestação social, assim como evitar a transparência da realidade concreta da luta de classes, que é deslocada para uma guerra maniqueísta entre os que querem manter a ordem e os que querem criar desordem. E para isso servem os inimigos imaginários, isto é, para camuflar a brutal ofensiva de classe, apresentando-a como uma ofensiva legítima contra inimigos violentos e perigosos que atentam contra a sociedade e seus valores como um todo. Dessa maneira, os contestadores mais radicais são transformados pelo bloco dominante em diversos inimigos imaginários da sociedade e o papel do capital comunicacional é o de tornar tais discursos criminalizadores correntes de opinião predominantes na sociedade e capazes de criarem um consenso que legitime a brutalidade da violência de classes, travestida de repressão contra inimigos sociais (imaginários).

O crescente processo de criminalização dos movimentos de contestação piqueteira e dos seus métodos de lutas exprime a face penal contrainsurgente do estado neoliberal argentino e de sua determinação em tornar regular a dinâmica da acumulação integral na contemporaneidade. Para isso, ele precisa criminalizar o

lumpemproletariado e diversas outras classes e frações de classes, assim como diversos grupos sociais, considerando-o uma classe social perigosa, porém travestida de inimigos imaginários, e seus movimentos de contestação da regularização neoliberal e suas perversas consequências, responsáveis por sua vida miserável à margem da divisão social do trabalho. Além disso, a emergência de lutas sociais com tendências cada vez maiores à radicalização pressiona o estado e obstaculiza cada vez mais o processo de acumulação. Na contemporaneidade, o processo de lumpemproletarização se apresenta como uma alavanca da acumulação, mas também da contestação social radical.

Referências

ALAVÍO, Grupo. *Crónicas de libertad [organizando la resistencia] – Jornada del 26 de junio de 2002 en el Puente Pueyrredon*. Buenos Aires, 2002. 1 dvd de vídeo (47 min.), 2002.

ARTESE, Matías. *La construcción de representaciones sociales en torno protesta social y a la represión institucional. Seis estudios de caso entre los años 1996 y 2002*. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, 2009.

ARTESE, Matías. *Cortes de ruta y represión – la justificación ideológica de la violencia política entre 1996-2002*. Buenos Aires: Eudeba, 2013.

BRAGA, Lisandro. *Repressão estatal e capital comunicacional – O Bloco dominante e a criminalização do movimento piqueteiro na Argentina*. 2016. Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

COTARELO, María Célia. *Aproximación al análisis de los sujetos emergentes en la crisis de 2001-2002 en Argentina*. Publicación del Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina – PIMSA, número 56, 2005.

ESCOBAR, Patricio e FINVARB, Damián. *La crisis causó 2 nuevas muertes – los medios de comunicación en la Massacre de Avellaneda*. Buenos Aires, 2007. 1 dvd de vídeo (85 min.), 2007.

MTD, Aníbal Verón. *Darío y Maxi – dignidad piquetera*. Buenos Aires: El colectivo, 2012.

RED, Eco alternativo. *Discurso mediático e criminalización de la protesta*. Em: KOROL, Claudia. *Criminalización de la pobreza y de la protesta social*. Buenos Aires: El colectivo, 2009.

VARESI, Gastón Ángel. *Hegemonía y acumulación en el gobierno de Duhalde (2002-2003)*. V Jornadas de

Sociologia da Universidade Nacional de La Plata, 5 a 7 de dezembro de 2012.

VIANA, Nildo. *Blocos sociais e luta de classes*. Revista *Enfrentamento*. Ano 10, número 17, jan./jul. de 2015.

Resumo: O artigo discute a relação entre repressão estatal violenta e discurso jornalístico que criminaliza no *Massacre de Avellaneda*, buscando demonstrar a atuação do bloco dominante (burocracia, intelectualidade, burguesia comunicacional e outras) tanto através da repressão estatal, quanto das empresas capitalistas de comunicação (capital comunicacional) na construção de inimigos imaginários em torno do movimento de desempregados e de discursos que criminalizam suas lutas.

Palavras-chave: Movimento piqueteiro; bloco dominante; repressão estatal; discursos jornalísticos.

Abstract: The article discusses the relationship between violent state repression and journalistic discourse that criminalizes at the Avellaneda Massacre, seeking to demonstrate the performance of the dominant block (bureaucracy, intelligentsia, communicational bourgeoisie and others) both through state repression, as the communication of capitalist enterprises (capital communicational) in the construction of imaginary enemies around the movement of unemployed and speeches that criminalize their struggles.

Key-words: Piqueteiro movement; dominant block; state repression; journalistic discourse.